

LEVANTAMENTO SOBRE AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DO ENSINO DAS LÍNGUAS OFICIAIS NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA, GUAJARÁ- MIRIM/GUAYARAMERIM PARA BRASILEIROS E BOLIVIANOS

Antônia de Fátima Galdino da Silva Vezaro¹
Universidade Federal de Rondônia – UNIR

RESUMO

A língua é elemento primordial de uma cultura, em outras palavras, a atividade linguística é elemento constitutivo das identidades culturais de um povo. Nesse sentido, o presente artigo tem por finalidade apresentar o levantamento das políticas linguísticas adotadas para o atendimento aos alunos em escolas da fronteira Brasil/Bolívia, Guajará-Mirim/Guayaramerim. Trata-se de uma análise de dados coletados através de uma pesquisa de campo realizada em duas escolas da rede pública de ensino da cidade de Guajará-Mirim/RO e em duas escolas da rede pública de ensino da cidade Guayaramerim/BO. Nossa reflexão inscreve-se nos procedimentos teóricos e analíticos adotados pela pesquisa da Sociolinguística, através de uma pesquisa de campo e entrevistas. As políticas linguísticas existem para reforçar a relevância da diversidade linguística em diferentes contextos, bem como, dinamizar a relação entre a língua e a sociedade, num constante processo de mudanças. Nessa pesquisa apresentaremos a relevância das políticas linguísticas adotadas em escolas da rede pública de ensino numa área fronteira, para a valorização da identidade linguística desse lugar. E, assim, considerar o ambiente escolar como um valioso instrumento de interação da linguagem.

Palavras-Chave: Políticas Linguísticas; Educação Linguística; Fronteira.

ABSTRACT

The language is a core component of a culture, in other words, linguistic activity is constitutive element of cultural identity of a people. In this sense, this paper aims to present a survey of the language policies adopted to meet students in schools of the Brazil/Bolivia Guajará-Mirim/Guayaramerim. This is an analysis of data collected through a field survey carried out in two schools in the public school system in the city of Guajará-Mirim/RO schools and two public schools in the city Guayaramerim/BO. Our reflection is part of the theoretical and analytical procedures adopted by the Sociolinguistics research, through a survey and interviews. Language policies exist to strengthen the relevance of linguistic diversity in different contexts, as well as streamline the relationship between language and society in a constant

¹ Aluna do Mestrado em Ciências da Linguagem. Professora da Rede Estadual e Municipal de Ensino da Língua Portuguesa e Arte.

process of change. From, this research will present the relevance of language policies adopted in public schools teaching in a border area, for the recovery of the linguistic identity of this place. And so consider the school environment as a valuable tool for interaction of language.

KEYWORDS: Linguistic Policy; Language Education; The border.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA SOBRE POLÍTICA LINGUÍSTICA

O conceito de língua na perspectiva saussuriana consiste em percebê-la como fato social, mais especificamente, como um sistema convencional adquirido pelos indivíduos durante o convívio social. (TARALLO, 2005). Desse modo, a língua sofre variações que podem ser definidas como as diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em ambientes iguais ou diferentes. Calvet (2004) define a linguística como o estudo das comunidades humanas através da língua, e reafirma que “as línguas existem para servir aos homens e não os homens para servir à língua”.²

O fato é que as questões da linguística estão ligadas e aplicadas ao ensino. Isso se aplica também aos direitos de grupos minoritários, à necessidade de uma educação mais adequada à realidade plurilíngue do país. Para Pessoa (2003, p. 2), que enuncia a relevância dos estudos da Sociolinguística.

A Sociolinguística é a parte da Linguística que faz seus estudos enfocando a Língua, a Cultura e a Sociedade. [...] O condicionamento social da linguagem está em consonância com traços que se enraizaram, de forma muito profunda, na mente coletiva da comunidade linguística e os dados aí coletados é que possibilitam a análise que confirma: a mudança linguística ocorre em função de pressões sociais que podem ser observadas e descritas, como o fez LABOV em seu texto clássico de 1969, “*The logic of nonstandard English*”. (LABOV, 1969).

² Calvet, 2004, p. 9.

Dessa perspectiva decorre o objeto de estudo da sociolinguística, a diversidade linguística, ou seja, estreitando a ligação entre língua e a sociedade na qual se origina. Tendo em vista a heterogeneidade dos fenômenos linguísticos, William Labov, precursor dos estudos variacionistas, propôs um modelo de análise linguística que considera a influência dos fatores sociais atuantes na língua e que ficou conhecido como teoria da variação linguística. As palavras de Alkmim (2006 *apud* MUSSALIM & BENTES, 2006, p. 31) explicitam, com clareza, o objeto de estudo desta teoria.

Pondo de maneira simples e direta, podemos dizer que o objeto da Sociolinguística é o estudo da língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso. Seu ponto de partida é a comunidade linguística, um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos linguísticos. Em outras palavras, uma comunidade de fala se caracteriza não pelo fato que se constituir por pessoas que falam do mesmo modo, mas por indivíduos que se relacionam, por meio de redes comunicativas diversas, e que orientam seu comportamento verbal por mesmo conjunto de regras.

A finalidade deste trabalho é tratar sobre a Política Linguística, quando há uma preocupação e um planejamento entre a relação de poder e as línguas ou, mais propriamente, entre as decisões políticas sobre línguas e seus usos na sociedade, no que se refere a uma comunidade fronteiriça. As palavras de Calvet (2007, p. 145) ressaltam o nosso objeto de estudo:

Política linguística é um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social, o planejamento linguístico: a implementação prática de uma política linguística, em suma, a passagem ao ato. Não importa que grupo possa elaborar uma política linguística: fala-se, por exemplo, de “políticas linguísticas familiares”

Ao expor e discutir a Política Linguística de comunidade fronteiriça é necessário investigar se há igualmente uma Planificação Linguística. Quando se discute sobre planejamento linguístico é preciso que se reiterem as colocações de

Calvet (2007, p. 21), quando cita que a planificação linguística é a política linguística posta em prática.

O planejamento é uma atividade humana decorrente da necessidade de se encontrar uma solução para um problema. Ele pode ser completamente informal *ad hoc*, mas pode também ser organizado e deliberado. Pode ser executado por indivíduos particulares ou ser oficial. [...] Se o planejamento for bem feito, ele compreenderá etapas tais como a pesquisa extensa de dados, a escolha de planos de ações alternativos, a tomada de decisão e sua aplicação.

O termo “política linguística” é inseparável de outro, o conceito de “planificação ou planejamento linguístico”, que se refere justamente ao percurso para a implementação das políticas, sua transformação em realidade. De todo modo, entre a vontade de que os cidadãos usem uma língua e os passos concretos para que uma população inteira a maneje existem elementos de planejamento: ações concretas, sistêmicas, financiamento e orçamento, formação de quadros, entre outros.

Sabe-se que a escola é um meio de interação da língua, e que, no contexto de uma área fronteiriça, políticas linguísticas são adotadas para a identificação das variedades linguísticas, bem como, um fator de identificação social. Dessa maneira, a instituição escolar não deveria adotar uma padronização linguística, uma vez que faz parte de um ambiente plurilíngue.

2 COMENTÁRIOS INTRODUTÓRIOS

É pelo exercício da linguagem e utilização da língua que o homem constrói sua relação com os outros seres e com a natureza, mesmo, não sendo consciente da organização interna do sistema que constitui a linguagem. Dessa perspectiva decorre Alkmim (2006 *apud* MUSSALIM & BENTES, 2006, p. 21):

Linguagem e sociedade estão ligadas entre si de modo inquestionável. Mais do que, podemos afirmar que essa

relação é a base da constituição do ser humano. A história da humanidade é a história de seres organizados em sociedade e detentores de um sistema de comunicação oral, ou seja, de uma língua.

Não há uma razão científica comprovada para estudar a língua e a sociedade de maneira dissociada. É nessa relação de interação que ocorre a comunicação, a variação linguística e todas as mudanças para melhor compreensão do meio, através da linguagem. Para Alkmim (2006 *apud* MUSSALIM & BENTES, 2006, p. 21): “(...) a linguagem é o eixo norteador de diversos estudos sobre as comunidades, bem como, a existência da diversidade ou da variação.”

O objetivo do presente trabalho é realizar um levantamento das políticas linguísticas manifestadas para o atendimento aos alunos brasileiros e bolivianos que estudam em escolas da rede pública de ensino de Guajará-Mirim/BR e Guayaramerim/BO. E, para isso, foi realizada uma pesquisa de campo a fim de fazer uma coleta de informações acerca de como essas políticas linguísticas estão acontecendo para o efetivo atendimento a alunos que estão nesta região de fronteira.

Sabe-se que a Constituição Brasileira (art. 13) declarou o idioma oficial da República Federativa do Brasil a língua portuguesa e está entre as dez mais empregadas do planeta e é a sexta língua materna mais falada do mundo. (Bortoni-Ricardo, 2008) E, que na Bolívia a língua nacional estatutária é o espanhol, pela Constituição Política do Estado – Boliviana de 2009, artigo 5^a (1). E, no Brasil há uma lei que determina o estudo de uma língua estrangeira nas escolas da rede pública de ensino, que pode ser o Inglês e/ou o Espanhol.

Pretende-se com esta pesquisa constatar quais políticas linguísticas são adotadas em escolas públicas numa área fronteira, para a promoção da diversidade linguística numa área fronteira.

3 OS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO EM RO, NA BOLÍVIA E AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS ADOTADAS

A escola pertence a um contexto plurilíngue e por estar numa situação fronteiriça, deve considerar a pluralidade das línguas e deve adotar uma política linguística que viabilize essa variação. As palavras de Calvet (2002, p. 148) explicitam, com clareza, a ação sobre a língua:

As línguas, como vimos, mudam; elas mudam sob o efeito de suas estruturas internas, de contatos com outras línguas e atitudes linguísticas. Mas também é possível fazê-las mudar, intervir em sua forma. A ação sobre a língua pode ter diferentes objetivos, sendo os mais frequentes: a modernização da língua (na escrita, no léxico), sua “depuração” ou sua defesa.

E, ainda para Calvet (2002, p. 154), o Estado adota um planejamento linguístico que busca uma unificação da língua e, muitas vezes, não considera a variação em diferentes contextos.

As vezes, em situações plurilinguismo, os Estados são levados a promover esta ou aquela língua até então dominada, ou, ao contrário, a retirar de outra o status que desfrutava, em suma, a modificar o status e as funções sociais das línguas em presença.

Enquanto o trabalho se encontra na definição das diferenças entre a situação inicial e a almejada, as intervenções são da ordem das políticas linguísticas, ao passo que a discussão sobre como passar de uma condição para outra está no âmbito do planejamento linguístico.³

Na Constituição da República Federativa do Brasil (2002), no seu art. 13, – a língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

E, na nova Constituição Política de Estado/BO (2009), o idioma oficial é o castelhano como primeira língua, e todas as línguas das nações e povos indígenas de origem na Bolívia. Ainda, teve por política linguística, a decisão de duas ou mais línguas a serem oficiais, com base na comunidade linguística.

³ Calvet, 2007.

NUEVA CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL ESTADO/BOLÍVIA – 2009. Capítulo primero:

Artículo 5:

I. Son idiomas oficiales del Estado el castellano y todos los idiomas de las naciones y pueblos indígena originario campesinos, que son el aymara, araona, baure, bésiro, canichana, cavineño, cayubaba, chácobo, chimán, ese ejja, guaraní, guarasu'we, guarayu, itonama, leco, machajuyai kallawaya, machineri, maropa, mojeño-trinitario, mojeño-ignaciano, moré, mosetén, movima, pacawara, puquina, quechua, sirionó, tacana, tapiete, toromona, uru-chipaya, weenhayek, yaminawa, yuki, yuracaré y zamuco.

II. El Gobierno plurinacional y los gobiernos departamentales deben utilizar AL menos dos idiomas oficiales. Uno de ellos debe ser el castellano, y el otro se decidirá tomando en cuenta el uso, la conveniencia, las circunstancias, las necesidades y preferencias de la población en su totalidad o del territorio en cuestión. Los demás gobiernos autónomos deben utilizar los idiomas propios de su territorio, y uno de ellos debe ser el castellano.

Nos Parâmetros Curriculares do Estado de Rondônia (2013, p.13) no que se refere ao processo de ensino-aprendizagem inicial do indivíduo:

A escola é o espaço de inclusão cidadã de jovens e adultos dispostos a iniciar um processo de aprendizagem, desde que compreendam a sua utilidade para melhor enfrentar problemas reais da sua vida pessoal cotidiana e profissional, pois são sensíveis a estímulos de natureza externa.

E, ainda no que se refere à inclusão do indivíduo na sociedade, nos Parâmetros Curriculares do Estado de Rondônia (2013, p.13):

Soma - se a este a andragogia, que vê na origem, gênero, sexo, identidade sexual, o etnorracial, cultural, nas discriminações e preconceitos, como espaços educativos, como possibilidades de particular contribuição para alteração do processo. Abrindo caminhos de habilidades e competências, valorizando a diversidade nas turmas de jovens e adultos, entendemos que não se faz uma educação de qualidade sem uma educação cidadã.

E, para o Programa de Estudo da Educação Secundária do Sistema Educativo Plurinacional da Bolívia, Ministério da Educação/BO (2012), observa-se

que há uma preocupação no currículo com a variedade linguística, bem como, um planejamento linguístico para a interação entre língua e sociedade.

El Área de Comunicación y Lenguajes, por su naturaleza y función, se convierte en el componente dinamizador y de producción de saberes y conocimientos en los diferentes Campos, Áreas y Ejes Articuladores de la estructura curricular; lo que implica que las lenguas originarias y castellana, se constituyan en medios de interacción comunicativa dentro del desarrollo curricular, cumpliendo su función comunicativa y formativa dentro de la comunidad. (Educación Secundaria, 2012, p. 31-32)

Percebem-se, com clareza, as políticas linguísticas e o planejamento linguístico para a promoção das línguas em cada país, aqui exposto.

Segundo Oliveira (2003, p. 28) que explicita o direito linguístico universal, observa-se que a língua é uma identidade coletiva e um bem cultural, assim:

Título primeiro: princípios gerais, artigo 7:

1. Todas as línguas são a expressão de uma identidade coletiva e de uma maneira distinta de perceber e de descrever a realidade, portanto possuem o poder de gozar das condições necessárias para seu desenvolvimento em todas as funções.
2. Cada língua é uma realidade constituída coletivamente e é no seio de uma comunidade que se torna disponível para o uso individual, como instrumento de coesão, identificação, comunicação e expressão criativa.

É preciso um levantamento das políticas linguísticas adotadas nas escolas de rede pública de ensino que viabilizem a valorização da identidade linguística e, também, façam parte de um programa de combate aos preconceitos linguísticos existentes.

4 METODOLOGIA APLICADA

A perspectiva do trabalho consiste na pesquisa sociolinguística através da coleta de dados, com base nos referenciais metodológicos em Tarallo (2005) e assim, de forma sistemática, descreve e analisa a língua numa determinada comunidade linguística.

Nesse sentido, propõe-se uma investigação de fontes de dados que tenham como objetivo um levantamento de políticas linguísticas que atendam a alunos de situação fronteiriça, nos municípios de Guajará-Mirim/RO e Guayaramerin/BENI, fronteira Brasil/Bolívia.

É preciso ressaltar alguns critérios que foram aplicados, para realizar a pesquisa sociolinguística:

- Escolha dos informantes: um supervisor escolar, um professor de língua e um aluno que se considera bilíngue (nas áreas fronteiriças Brasil/Bolívia);
- Amostra de informações sobre as metodologias para o ensino da língua oficial e o atendimento a alunos de área fronteiriça;
- Entrevista gravada no local selecionado (nesse caso, na escola);
- Para a entrevista, um questionário-guia;
- A análise dos dados.

De acordo com a pesquisa sociolinguística apresentada por Tarallo (2005), é oportuno dizer que é um trabalho criterioso que deve seguir uma descrição formal. Assim, a pesquisa é enriquecida com uma metodologia ampla e eficaz para a análise do discurso em situações de conversa nos ambientes escolares.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Nesse sentido, para a coleta de dados da pesquisa sociolinguística foi elaborado o seguinte questionário para a entrevista:

1. Aos gestores escolares: Diretor Escolar e/ou Supervisor Escolar:
 - i. A escola desenvolve projetos que abordem a relação entre língua. Cultura e sociedade voltadas aos alunos estrangeiros (Brasil/Bolívia)?
 - ii. Há projetos, no PPP da escola, que privilegiem atendimento diferenciado no ensino de língua (aos alunos estrangeiros)? E, quais são estes projetos?
 - iii. Esses projetos consideram as marcas sócio-linguísticas e culturais dos alunos estrangeiros? De que forma?

2. Aos professores de Língua:

- i. Há um atendimento diferenciado no ensino de língua para alunos estrangeiros?
- ii. Quais são as metodologias aplicadas para tal atendimento?

3. Aos alunos:

- i. Quantas línguas falam e quais são?
- ii. Qual a língua mais utilizada por você, nesse caso, o espanhol ou o português?
- iii. Qual o tratamento que a escola lhe oferece como aluno estrangeiro no ensino de língua portuguesa?

É necessário esclarecer que este questionário não nos permitiu uma análise completa para realizar um levantamento das políticas linguísticas adotadas e aplicadas nas escolas de área fronteira Brasil/Bolívia. Haja vista, em posterior pesquisa, com a elaboração de um questionário e um tempo para conversas informais com o público selecionado para essa situação possamos atingir as metas estabelecidas nesse trabalho. As palavras de Tarallo (2005, p. 20), explicitam nossa situação:

Para a análise sociolinguística que segue esse feito é necessária uma enorme quantidade de dados. Como o modelo é de natureza quantitativa, a representatividade do corpus (isto é, do material selecionado para a análise) será sempre avaliada em função da variável estudada e com base nos objetivos centrais do estudo em questão.

Diante da análise das entrevistas, pode-se afirmar que:

1. Para os supervisores escolares/diretores educacionais (entrevistados):

1.1 Guajará-Mirim/BR:

- Alunos que diariamente tem que fazer a travessia pelo rio foi providenciado carteiras estudantis e uniformes padronizados;

- Há um apoio moral;
- Realização de dois projetos escolares: Feira Cultural Hispânico e O intercâmbio escolar;
- Os professores em geral não falam os dois idiomas, mas conseguem se comunicar informalmente;
- A problemática está em estudar a estrutura da língua e nas produções escritas;
- Na Escola Durvalina, em fase de elaboração do currículo bilíngue;
- Existe um preconceito entre os próprios alunos bolivianos;
- No desenvolvimento das atividades escolares há uma preocupação na abordagem dos dois idiomas em pauta.

1.2 Guayaramerin/BO:

- Não tem atendimento a alunos brasileiros e nem alunos bolivianos que moram em Guajará-Mirim/Brasil;
- Na escola, a disciplina de língua estrangeira é Inglês, e posteriormente, as línguas nativas da província Beni/BO serão estudadas, também;
- Não há projetos voltados à valorização da cultura brasileira.

2 Para os professores de língua:

2.1 Guajará-Mirim/BR:

- A problemática está em estudar a estrutura da língua e nas produções escritas;
- Há dificuldades para atender alunos bolivianos;
- Afirmam que não há um suporte para o desenvolvimento das aulas de língua portuguesa, em relação aos alunos bolivianos, mesmo tendo o projeto de adaptação no contra-turno³.

2.2 Guayaramerin/Bolívia:

- Não tem atendimento a alunos brasileiros e nem alunos bolivianos que moram em Guajará-Mirim/Brasil;

3 Para os alunos:

3.1 Guajará-Mirim/BR:

- Aprendem a língua espanhola com o auxílio do livro didático;
- Não há um tratamento diferenciado para os alunos que vem de Guayaramerin/BO, eles participam do projeto adaptação no contra-turno;
- Não percebem uma abordagem sobre aspectos culturais da Bolívia;

3.2 Guayaramerin/BO:

- Não tem colegas brasileiros;

Embora, não se perceba que políticas linguísticas são adotadas para o atendimento diferenciado aos alunos em áreas fronteiriças, pode-se afirmar que há na proposta pedagógica das escolas da rede pública de ensino em Guajará-Mirim/BR há uma preocupação no incentivo ao sucesso e promoção no processo de ensino-aprendizagem.

E, ainda para determinar quais políticas linguísticas fundamentam o ensino da língua oficial nas escolas da rede pública de ensino foram observados, também, os projetos políticos pedagógicos das escolas de Guajará-Mirim/BR:

1. EEEF Durvalina Estilben de Oliveira, que a comunidade escolar está em processo de elaboração do Currículo Bilíngue, por atender um número razoável de alunos que residem em Guayaramerin/BO. Por isso, o Projeto Político Pedagógico e os Planos de Cursos estão, ainda, passando por uma reelaboração para esse fim. É oportuno ressaltar que há como planejamento linguístico o incentivo e o apoio educacional ao aluno dessa área de fronteira, bem como, o programa “adaptação curricular”.
2. EEEFM Simon Bolivar, elaborado com base nos parâmetros curriculares estaduais e nacionais, visam a integração e inclusão sem preconceitos dos alunos bolivianos a esta escola, e com os projetos escolares: Festival Cultural Hispânico e O intercâmbio escolar

Para determinar quais políticas linguísticas fundamentam o ensino da língua oficial nas escolas da rede pública de ensino foram observados os projetos políticos pedagógicos das escolas de Guayaramerin/BO:

1. U.E. San Jose Fe y Alegria, não foi possível obter o material pedagógico.
2. U.E. Manuel Vicente Ballivián, não foi possível obter o material pedagógico.

Embora, se caracterize como uma implementação prática da política linguística a padronização do idioma oficial em cada comunidade linguística, pode-se constatar que não é possível, diante dos dados coletados, ver se há ou não um planejamento linguístico que viabilize a promoção da diversidade linguística por se tratar de área fronteiriça.

Cabe, então, ressaltar que nas duas escolas da rede pública de ensino visitadas em Guajará-Mirim/BR, há uma preocupação em buscar atualizar o currículo para melhor atender o aluno boliviano, nesse caso.

Enquanto, nas duas escolas da rede pública de ensino visitadas em Guayaramerin/BO, não foi mencionado nenhum projeto que atenda aos alunos brasileiros, por também, não ter esse atendimento em sua comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Calvet (2002, p. 145-146), muitos grupos podem elaborar políticas linguísticas, mas apenas o Estado tem autonomia para planejar e implementar na comunidade linguística.

Mas num campo tão importante quanto às relações entre língua e vida social, só o Estado tem o poder e os meios de passar ao estágio de planejamento, de pôr em prática suas escolhas políticas.

Diante do exposto anteriormente, pode-se dizer que a política linguística no Brasil, atualmente, está num estágio de diferentes graus de intencionalidade em relação a sua reelaboração e implementação, mas no que diz respeito aos Parâmetros Curriculares Nacionais, o ensino da língua portuguesa como idioma

oficial deve considerar as diversidades linguísticas do aluno na construção do saber e da identidade social, e se acontece na prática, fica a caráter da escola o bom senso. (Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Fundamental, 2000).

E, cabe, então, acrescentar que as políticas linguísticas na Bolívia, atualmente, também, encontram-se num processo de reestruturação, e no que diz respeito aos Currículos Nacionais sobre o ensino da língua como idioma oficial, deve considerar o castelhano como primeira língua oficial e a língua dos descendentes da comunidade linguística de cada província boliviana. Assim, propõem uma política linguística que promova a identidade linguística das comunidades descendentes de origem. (Sistema Educativo Plurinacional, Bolívia, 2012).

Portanto, o que poderia ser realizado nas escolas de área fronteiriça, seria um planejamento com a comunidade escolar, estudos para viabilizar um currículo que atendesse a situações de bilinguismo, assim, promovendo a diversidade linguística do aluno, e possibilitando a valorização de sua identidade linguística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIM, Tânia Maria. *Sociolinguística*. Parte I. IN: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Ana Cristina. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. v.1, 6 ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 21-47.

BOLÍVIA. **Nueva Constitución Política Del Estado (2007)**. Sucre, 2009.

_____. **Educación Secundario: comunitaria productiva**. Sucre, 2012.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Brasília, 2002.

_____. 2000. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio**. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Média e Tecnológica. Brasília, MEC/SEMTEC, Parte II, 71 p.

_____. 1998. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 174 p.

CALVET, L-J. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. **As políticas linguísticas.** São Paulo: Parábola Editorial, IPOL, 2007.

MUSSALIN, F.; & BENTES, A. C. (orgs.) **Introdução à linguística:** domínios e fronteiras. vol. 1, 6 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de (org.). **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos: novas perspectivas em política linguística.** Campinas (SP): Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB): Florianópolis: IPOL, 2003.

_____. **Política linguística, política historiográfica:** epistemologia da história da(s) língua(s) a propósito da língua portuguesa no Brasil Meridional (1754-1830). Campinas, SP: [s.n.], 2004.

Referenciais Curriculares do Estado de Rondônia – Língua Portuguesa – Ensino Fundamental, Secretaria Estadual de Educação do Estado de Rondônia. Porto Velho, 2013.

Referenciais Curriculares do Estado de Rondônia – Língua Portuguesa – Ensino Médio, Secretaria Estadual de Educação do Estado de Rondônia. Porto Velho, 2013.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sócio-linguística.** São Paulo: Ática, 2005.

ANEXO - DIAGNÓSTICO SOCIOLINGUÍSTICO

Localização	Registros	Total	Entrevistas	Total
Brasil: Guajará-Mirim/RO	Áudio	07	Questionário	03
Bolívia: Guayaramerin/BENI	Áudio	06	Questionário	00

Entidade Escolar	Projeto Político Pedagógico	Projetos Escolares para área fronteiriça – bilíngues	Língua Oficial
EEEF Durvalina Estilben	Em fase de elaboração para Currículo Bilíngue	Projetos escolares com a valorização do espanhol	Língua Portuguesa
EEEFM Simon Bolívar	Em fase de elaboração	Projeto Festival Cultural Hispânico Projeto Intercâmbio	Língua Portuguesa
UE San Jose Fe y Alegria	Não foi observado	Não há	Língua Castelhana
UE Manuel Vicente Ballivián	Não foi observado	Não há	Língua Castelhana

Entidade Escolar	Alunos Brasileiros	Alunos Bolivianos
EEEF Durvalina Estilben	2012: aproximadamente 400 alunos	2012: aproximadamente 20 alunos
EEEFM Simon Bolívar	2013: aproximadamente 800 alunos	2013: aproximadamente 15 alunos
UE San Jose Fe y Alegria	Não há clientela	2013: aproximadamente 350 alunos
UE Manuel Vicente Ballivián	Não há clientela	2013: aproximadamente 250 alunos